

Centro Universitário Processus

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS Prática Extensionista

PROJETO (2024.2)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

- PROGRAMA
 PROJETO
 CURSO
 OFICINA
 EVENTO
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
 AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL

Área Temática: Temas de Direito Empresarial.

Linha de Extensão: Direito Empresarial: contratos mercantis.

Local de implementação (Instituição parceira/conveniada): Feira do produtor da Ceilândia

Título Geral: Lei8.934/94

2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

Curso: Direito

Coordenador de Curso: Adalberto Nogueira Aleixo

Articulador(es)/Orientador(es): Prof. Amaury Walquer Ramos de Moraes

Aluno(a)/Equipe:

Nome Completo	Curso / Matrícula	Telefone
Paulo Victor de Lima gomes	2313180000104/Direito	61 998788063
Artur Leonardo Massari Rosa	2317200000047/ serviços jurídicos	61993063353
Giúlia Silva de Souza	2313180000111/Direito	61983256187
Maria luísa melo costa	2327200000021/ serviços jurídicos	61994239754
Michael Hermann Garcia Teixeira	2413180000049/ Direito	61 991642075
Andreza de Melo Lins	2423180000166/ Direito	61 985723305

Centro Universitário Processus

Guilherme Henrique Camilo Ribeiro	2313180000073/ Direito	61 99963-5019
Flávio Alberto Oliveira	2327200000022/Serviços jurídicos	61991626313

3. **Desenvolvimento**

Apresentação:

O projeto abordará os procedimentos necessários para o registro formal de uma empresa no Brasil, conforme a Lei nº 8.934/94, que regula o sistema de registro público de empresas mercantis. Esse processo é fundamental para garantir a segurança, transparência e legalidade das atividades empresariais.

O registro da empresa deve ser realizado na Junta Comercial da cidade, responsável pelo arquivamento de documentos e fornecimento de informações ao público. Entre os principais documentos a serem registrados estão o contrato social, atas de assembleias, alterações contratuais e atos de extinção ou fusão. O não cumprimento do registro adequado pode resultar em penalidades, como multas e advertências.

Além disso, o projeto abordará os prazos para o registro e publicação dos atos empresariais, que devem ser realizados em até 30 dias após sua assinatura, sob pena de gerar efeitos retroativos ou outras consequências legais. A digitalização dos processos tem facilitado o registro online, reduzindo a burocracia.

Os passos principais para abrir uma empresa incluem: a escolha da modalidade jurídica, nome, atividade, localização, elaboração do contrato social, registro na Junta Comercial, obtenção do NIRE, CNPJ, inscrição municipal e estadual, e o cadastro na previdência social.

Fundamentação Teórica:

A Lei nº 8.934/94, também conhecida como **Lei do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins**, estabelece as normas que regulam o registro público das empresas no Brasil. Essa legislação tem como principal objetivo garantir a segurança jurídica das atividades empresariais, assegurando a publicidade, autenticidade e eficácia dos atos mercantis.

De forma geral, o registro público de empresas é essencial para formalizar e regular a constituição, alteração, e extinção de sociedades empresariais, bem como para o arquivamento de documentos relevantes que atestam a existência legal das empresas. A lei dispõe sobre o papel das **Juntas Comerciais**, órgãos que são responsáveis por executar o serviço de registro público em nível estadual. Além disso, a Lei nº 8.934/94

Centro Universitário Processus

regulamenta o procedimento para o registro de firmas individuais, sociedades, consórcios e grupos de sociedades.

Conceitos Básicos:

1. **Registro Público de Empresas Mercantis:** Processo pelo qual se formaliza a constituição de uma empresa, conferindo a ela personalidade jurídica. O registro é feito nas Juntas Comerciais e é obrigatório para qualquer empresário que exerça atividade econômica organizada.
2. **Juntas Comerciais:** São órgãos responsáveis por efetuar o registro público das empresas em cada unidade federativa, desempenhando funções administrativas e normativas.
3. **Empresas Mercantis:** As empresas mercantis compreendem aquelas cuja atividade principal consiste na circulação de mercadorias ou prestação de serviços.

Autores e Discussões Relevantes:

- **Fábio Ulhoa Coelho**, um dos principais autores do Direito Empresarial no Brasil, discute amplamente o papel do registro público como meio de assegurar a proteção aos direitos de terceiros e a regulação do ambiente empresarial.
- **Fran Martins** também aborda o tema em sua obra sobre Direito Comercial, destacando a importância das Juntas Comerciais no processo de formalização e fiscalização das empresas mercantis.

A formalização das empresas por meio do registro permite que elas atuem de acordo com as exigências legais e que seus atos tenham efeitos perante terceiros, o que é essencial para o funcionamento da economia de mercado.

Tema Geral:

Direito Empresarial: Lei de Registro de Empresas Mercantis Lei8934/94

Tema Específico do Grupo:

Lei de Registro de Empresas Mercantis Lei8934/94

Problema verificado: A pesquisa parte do problema da alta taxa de informalidade entre pequenos empresários e empreendedores na comunidade, onde muitas pessoas exercem atividades empresariais sem o devido registro e regularidade. Essa situação é preocupante, pois resulta em diversas consequências negativas tanto para os empreendedores quanto para a economia local.

Problemas Identificados:

1. **Falta de Acesso a Benefícios:** Muitos empreendedores informais não conseguem acessar crédito, financiamentos e programas de apoio que poderiam impulsionar seus negócios, devido à ausência de registro.
2. **Risco Jurídico:** A falta de formalização expõe os empresários a riscos legais, como ações judiciais, multas e dificuldades em resolver conflitos comerciais. Sem o registro, a proteção do patrimônio pessoal fica comprometida, aumentando a vulnerabilidade dos empreendedores.
3. **Dificuldade de Crescimento:** A informalidade limita as oportunidades de crescimento e expansão dos negócios, uma vez que os empreendedores não têm acesso a contratos formais e parcerias com outras empresas.

Centro Universitário Processus

4. **Concorrência Desleal:** A presença de empreendimentos informais cria um ambiente de concorrência desleal, onde os empresários que cumprem com suas obrigações legais são prejudicados em relação àqueles que operam fora da lei.
5. **Baixa Conscientização:** Existe uma falta de informação e conscientização sobre a importância da formalização, com muitos empreendedores desconhecendo os benefícios do registro e os procedimentos necessários para a regularização.

Objetivo da Pesquisa:

Diante desse cenário, o projeto visa identificar as principais barreiras que os pequenos empresários enfrentam para se formalizar e desenvolver ações educativas que os orientem sobre a importância do registro público de empresas mercantis. Ao abordar esses problemas, a pesquisa busca não apenas promover a regularização, mas também contribuir para a construção de um ambiente empresarial mais justo e sustentável na comunidade.

Objetivo geral:

Propor um conjunto de ações educativas que **orientem os pequenos empresários sobre a importância do registro público de empresas mercantis**, conforme a Lei nº 8.934/94. O foco geral do meu trabalho é esclarecer as regras e procedimentos necessários para a formalização de negócios, abordando aspectos como o surgimento da personalidade jurídica, a proteção do patrimônio pessoal e as vantagens do registro, como o acesso a crédito e a segurança jurídica.

Além disso, o projeto busca **ensinar** os empreendedores sobre os benefícios da regularização e as obrigações legais decorrentes da formalização, destacando a importância de estar em conformidade com as exigências do mercado. Dessa forma, o trabalho visa não apenas facilitar o entendimento sobre o registro, mas também contribuir para a criação de um ambiente empresarial mais sólido e competitivo, promovendo o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Objetivos específicos:

Propor um conjunto de ações educativas que orientem os pequenos empresários sobre a importância do registro público de empresas mercantis, conforme a Lei nº 8.934/94. O foco geral do meu trabalho é esclarecer as regras e procedimentos necessários para a formalização de negócios, abordando aspectos como o surgimento da personalidade jurídica, a proteção do patrimônio pessoal e as vantagens do registro, como o acesso a crédito e a segurança jurídica.

Além disso, o projeto busca ****ensinar**** os empreendedores sobre os benefícios da regularização e as obrigações legais decorrentes da formalização, destacando a importância de estar em conformidade com as exigências do mercado. Dessa forma, o trabalho visa não apenas facilitar o entendimento sobre o registro, mas também contribuir para a criação de um ambiente empresarial mais sólido e competitivo, promovendo o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Centro Universitário Processus

Essas ações educativas podem incluir:

1. ****Workshops e Palestras****: Organizar eventos presenciais ou virtuais onde especialistas possam discutir temas relacionados ao registro empresarial e esclarecer dúvidas comuns dos empreendedores.
2. ****Materiais Didáticos****: Desenvolver guias, manuais e vídeos explicativos que detalhem o processo de registro, as obrigações legais e os benefícios de estar registrado.
3. ****Consultorias Personalizadas****: Oferecer atendimento individual ou em grupos menores para auxiliar os empreendedores na elaboração da documentação necessária e na compreensão das etapas do registro.
4. ****Campanhas de Sensibilização****: Criar ações de marketing que destaquem a importância da formalização, utilizando redes sociais e outros meios de comunicação para atingir um público mais amplo.
5. ****Parcerias com Associações****: Trabalhar em conjunto com associações locais para alcançar mais empreendedores e fornecer suporte a grupos que enfrentam barreiras na formalização.

Essas estratégias visam garantir que os pequenos empresários compreendam não apenas o processo de registro, mas também a relevância de operar dentro da legalidade, contribuindo assim para um ambiente empresarial mais saudável e produtivo.

Justificativa:

A importância do projeto é multifacetada, abrangendo tanto aspectos sociais quanto acadêmicos, especialmente no contexto do registro público de empresas mercantis, conforme estabelecido pela Lei nº 8.934/94.

Aspecto Social

1. **Crescimento do Empreendedorismo**: Nos últimos anos, o Brasil tem testemunhado um crescimento exponencial no número de empreendedores e pequenos empresários. Com isso, a necessidade de formalização se torna premente. O projeto visa facilitar o entendimento e o acesso ao registro público, promovendo uma cultura de legalidade e regularidade que é fundamental para a sustentabilidade dos negócios.
2. **Inclusão Social**: A formalização de negócios contribui para a inclusão social ao permitir que empreendedores, especialmente os de comunidades marginalizadas, tenham acesso a recursos financeiros, programas de apoio e oportunidades de mercado. Isso pode levar a um aumento na geração de empregos e no fortalecimento da economia local.
3. **Segurança Jurídica**: Através do registro, os empreendedores garantem sua segurança jurídica, o que é essencial para a confiança nas relações comerciais.

Centro Universitário Processus

A regularização proporciona proteção ao patrimônio, diminuindo riscos e promovendo um ambiente mais seguro para a realização de negócios.

4. **Acesso ao Crédito:** A formalização é um passo crucial para que os empreendedores tenham acesso a linhas de crédito, financiamento e investimento. O projeto busca conscientizar os empresários sobre a importância do registro para a obtenção de recursos, fundamentais para o crescimento e a inovação em seus negócios.

Aspecto Acadêmico

1. **Relevância do Tema:** A discussão sobre o registro público de empresas e sua importância é um campo relevante dentro do Direito Empresarial e da Administração. O projeto contribui para o aprofundamento acadêmico desse tema, fornecendo uma base sólida de informações que pode ser utilizada em pesquisas e estudos futuros.
2. **Desenvolvimento de Conhecimento:** A partir da análise da Lei nº 8.934/94 e da prática do registro, o projeto poderá gerar novos conhecimentos e reflexões sobre as melhores práticas para a formalização de negócios, incluindo a identificação de barreiras e desafios enfrentados pelos empreendedores.
3. **Produção de Materiais Didáticos:** A criação de materiais digitais e interativos, como banners e slides, não apenas educa o público-alvo, mas também pode servir como recurso para instituições acadêmicas que desejam abordar o tema em suas disciplinas. Esses materiais podem ser utilizados em cursos de graduação e pós-graduação em áreas como Administração, Direito e Contabilidade.
4. **Integração com a Comunidade Acadêmica:** O projeto promove a interação entre a academia e o mercado, permitindo que estudantes e pesquisadores se envolvam com a prática empresarial real. Isso pode gerar oportunidades para estágios, projetos de extensão e parcerias entre instituições de ensino e empreendedores locais.

Em suma, a importância do projeto se reflete na sua capacidade de impactar positivamente a sociedade, promovendo a formalização de negócios e o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que enriquece o campo acadêmico, oferecendo novas perspectivas e conhecimentos sobre a legislação e a prática do registro empresarial.

Metas:

- **Conscientizar o público-alvo sobre a importância do registro público de empresas mercantis, destacando a necessidade de formalizar suas atividades empresariais para garantir segurança jurídica e credibilidade no mercado.**
- **Mostrar aos empresários e empreendedores como surge a pessoa jurídica a partir do registro na Junta Comercial, detalhando os efeitos desse registro, como a separação entre o patrimônio pessoal e o da empresa e a responsabilidade limitada.**
- **Demonstrar aos empreendedores os benefícios da regularidade empresarial, como acesso a crédito, participação em licitações públicas,**

Centro Universitário Processus

proteção do nome empresarial e obtenção de Certidões Negativas, entre outros.

- Realizar apresentações que abordem temas como registro empresarial, seus procedimentos e a segurança jurídica que ele proporciona para os negócios, enfatizando os direitos e deveres dos empresários.
- Desenvolver materiais digitais interativos, como banners, folders e slides, que ilustrem de forma simples e didática os passos para o registro empresarial, as obrigações legais e os benefícios da regularização.
- Criar um perfil em redes sociais, como Instagram, dedicado a abordar o processo de constituição e registro de empresas, destacando as etapas necessárias e os principais desafios enfrentados pelos novos empresários.
- Entrevistar especialistas na área empresarial, como advogados, contadores e consultores de negócios, para fornecer diferentes perspectivas sobre a importância do registro e suas implicações para o ambiente empresarial.
- Gravar entrevistas com especialistas e empreendedores que já passaram pelo processo de registro de suas empresas, compartilhando suas experiências e mostrando a importância da formalização.
- Esses objetivos pretendem esclarecer os empresários e empreendedores quanto à importância da conformidade legal e os benefícios de manter suas empresas devidamente registradas, além de promover a regularidade e segurança jurídica no ambiente de negócios.
-

Hipótese / Resultado esperado:

Com a aplicação do projeto, espera-se promover uma mudança significativa no comportamento tanto dos empresários quanto das associações e empreendedores que buscam formalizar suas atividades, especialmente em relação ao **registro público de empresas mercantis**, conforme regulamentado pela Lei nº 8.934/94.

O projeto pretende, por meio de ações educativas e informativas, **fomentar uma cultura de formalização e regularidade empresarial**, levando empresários e empreendedores a compreenderem a importância do registro para garantir a segurança jurídica de suas atividades. Essa mudança de comportamento se refletirá em:

1. **Empresários mais conscientes** sobre a importância de formalizar suas empresas junto às Juntas Comerciais, reconhecendo que o registro público é essencial para conferir personalidade jurídica à empresa, proteger o nome empresarial e garantir a separação entre o patrimônio pessoal e empresarial.
2. **Associações e empreendedores mais proativos** no processo de regularização, buscando conhecer e seguir os procedimentos de registro para obter vantagens competitivas, como acesso a crédito, participação em programas de apoio

Centro Universitário Processus

governamentais e o cumprimento das obrigações legais necessárias ao funcionamento de seus negócios.

3. **Mudança na abordagem institucional**, onde as associações e outras entidades parceiras passarão a ter um papel mais ativo na orientação e facilitação do processo de registro para os novos empreendedores. Essa mudança pode incluir a disponibilização de **informações claras e acessíveis** sobre os passos para o registro, além de oferecer suporte técnico para o preenchimento de documentos e acompanhamento dos processos burocráticos.
4. **Empreendedores mais conscientes dos benefícios da formalização**, compreendendo que, além de atender às exigências legais, o registro proporciona maior credibilidade no mercado, proteção ao patrimônio pessoal e acesso a novas oportunidades de negócios.

A longo prazo, a aplicação do projeto poderá contribuir para a **redução da informalidade** entre pequenos negócios e microempresas, estimulando o crescimento econômico sustentável e criando um ambiente empresarial mais sólido e competitivo. Além disso, com a devida regularização, os empresários poderão se beneficiar de uma maior **segurança jurídica**, evitando problemas futuros relacionados à informalidade, como dificuldades em acessar crédito e eventuais complicações legais.

Metodologia:

- Realização de apresentações;
- Uso de Textos produzidos;
- Uso de cartilhas explicativas;
- Publicações no perfil do instagram;

Data de início: 05 de agosto de 2024

Data de término: 05/12/2024

Referência Bibliográfica: BRASIL. LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994. Presidência da República, Brasília -DF.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial / Imprensa: São Paulo, Saraiva jur, 2022.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito empresarial / Ricardo Negrão. Imprensa: São Paulo, Saraiva, 2020.

WALQUER, Amaury. Notas das aulas da disciplina de Direito Empresarial- 3º semestre da graduação de Direito/ UNIPROCESSUS, Brasília -DF, 2024.

Centro Universitário Processus

EGGER, Ildemar. Mediação comunitária popular: uma proposta para além da conflitologia. Tese (Doutorado em Direito). Florianópolis: UFSC, 2008. P. 221

FREGAPANI, G. S. B. Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis. Revista de Informação Legislativa. Brasília, v. 34, n. 133, p. 99-108, jan. 1197.

Lagраста, Zafari e Martinelli.

Guilherme, Luiz Fernando do Vale de A. Manual dos MESC's: meios extrajudiciais de solução de conflitos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2016.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520461457/pageid/22>

Lagраста, Valeria F. Inovações Tecnológicas nos Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2022.

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621992/epubcfi/6/16%5B%3Bvnd.vst.idref=miolo_3.xhtml%5D!/4

Martinelli, Dante P. Negociação e Solução de Conflitos - Do Impasse ao Ganha-ganha Com o Melhor Estilo. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2020.

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597025989/epubcfi/6/24%5B%3Bvnd.vst.idref=html11%5D!/4/28/2>

Zaffari, Eduardo, K. e Martha Luciana Scholze. Solução de conflitos jurídicos.

Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025233/pageid/0>